

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008317-28.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
Requerente: **ANTONIO DE ALMEIDA SILVA FILHO**
Requerido: **MARCELO VITORINO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter locado imóvel ao réu, bem com que ele deixou de pagar aluguéis e valores relativos ao IPTU.

Almeja à sua condenação a tanto.

O réu em contestação admitiu a relação locatícia notificada pelo autor e, igualmente, a dívida a seu cargo ora cobrada.

A única ressalva foi em face do aluguel de dezembro de 2016, pago na forma do documento de fl. 395, sem qualquer impugnação do autor.

Assim, a pretensão deduzida prospera em parte, excluindo-se do montante pleiteado somente a quantia do aluguel declinado pelo réu, já devidamente quitado.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Quanto às dificuldades financeiras do réu, não servem de obstáculo à postulação vestibular, podendo assumir relevância em eventual fase de cumprimento de sentença.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 3.904,50, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 08 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**